

FLORESTA PLANTADA

*** Roberto Rodrigues**

Ao ensejo das ásperas conversas sobre a revisão do Código Florestal, entidades de classe de produtores rurais apresentaram ao Congresso Nacional um conjunto de idéias mudando conceitos e propondo a criação de um Código Ambiental, mais amplo, cuja premissa básica seria o desmatamento zero no Bioma Amazônia. Outro ponto importante é que a unidade de conservação de biodiversidade passaria a ser a bacia hidrográfica e não mais a propriedade rural individualizada. Com isso, as exigências legais atingiriam a região toda e o próprio Estado, coobrigando governos estaduais quanto ao zoneamento econômico-ecológico.

Propõe-se ainda a criação de um Fundo Financeiro – composto por recursos das multas aplicadas, mais contribuições da União e dos Estados e de recursos derivados de créditos de carbono - que financiaria os produtores a recomprem sua área florestal e/ou a desmatarem o que puderem fazer legalmente.

Criar-se-ia a Reserva Ambiental, em lugar de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, que seria determinada por elementos técnicos que incluiriam topografia, textura e profundidade dos solos nas margens dos rios, e também o direito adquirido em exploração agrícola com pelo menos 10 anos comprovados.

É um conjunto grande de polêmicas modificações que incorporam um conceito interessante: premiar quem fizer bem feito, ao invés de simplesmente punir e multar quem estiver errado.

Toda esta discussão traz a lume uma série de outros temas, inclusive de caráter estrutural.

O setor de florestas plantadas reivindica há tempos que seja reconhecido como atividade produtiva, e não ambiental: em vez de plantar café, milho ou tomate, o agricultor planta árvores como exploração econômica. Sendo assim, deveria estar na estrutura do Ministério da Agricultura, argumentam os florestadores.

É um tema para refletir. O setor apresenta hoje números impressionantes.

Há no Brasil 6,5 milhões de hectares de florestas plantadas, dos quais 3,6 milhões são certificados. É um dado expressivo. Daquele total, 4,26 milhões de hectares são plantados com eucalipto, e 1,87 mi com pinus. O resto, 0,46 milhões de hectares, estão com seringueiras, araucárias, acácias, tecas e outras espécies.

Temos vantagens comparativas com nossos competidores: produzimos em 7 anos o que os países setentrionais levam mais de 50; nossa produtividade também é superior, o que nos permitiu exportar em 2008 cerca de 7 bilhões de dólares de produtos florestais de áreas plantadas. A maior parte deste resultado vem de celulose (5,8 bilhões) e o resto está distribuído entre painéis, madeira serrada, compensados e outros.

Adicionalmente, a contribuição ambiental é de 7 a 10 toneladas de CO₂ sequestrados por hectare/ano. São gerados 2,2 milhões de empregos, dos quais

630 mil são diretos, arrecadando 9 bilhões de reais de tributos (números de 2008).

É um setor relevante e organizado, e pode crescer muito mais.

No mundo todo, os Ministérios ligados a atividade rural se chamam Ministério de Agricultura, Floresta e Pesca. Aqui temos dois Ministérios de Agricultura, mais um para Pesca, e a Floresta Plantada está no Meio Ambiente.

Talvez seja tempo de avaliar a proposta recorrente de criar, no âmbito do Ministério de Agricultura, uma Secretaria de Floresta e Pesca. É uma idéia para discutir com os candidatos a presidente, nas eleições de 2010.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**